

Folha da Manhã

Sábado, 2 de Fevereiro de 2013 | PÁGINA 3

GERAL

HERBERT CARNEIRO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS, ESTEVE EM PASSOS PARA VERIFICAR CONDIÇÕES DO FÓRUM E ELOGIOU ESTRUTURA, MAS AFIRMOU QUE PRÉDIO NÃO TEM SEGURANÇA, COMO EM OUTRAS COMARCAS

Falta segurança no Fórum de Passos

VALERIA FALCÃO

Ele defendeu que é preciso ter uma parte do orçamento do Poder Judiciário dedicada à segurança. "Quando você garante a segurança do juiz, quando você garante a segurança dos fóruns, você está qualificando a Justiça, você está garantindo cidadania", disse Herbert.

de filmagem, nem controle de entrada e de saída de pessoas. Há apenas um vigilante na entrada no horário de expediente", apontou Herbert, que entrou no prédio tranquilamente, sem que sua identificação fosse questionada. "Ninguém procurou me identificar. Embora eu esteja de terno e gravata, estou com outras pessoas que não estão de terno e gravata. Ninguém identificou ninguém, rodamos o prédio inteiro, entramos em salas e salões sem sermos identificados. Isso não pode acontecer", completou Carneiro. A vulnerabilidade na parte de segurança não é uma exclusividade do fórum de Passos. Herbert informou que das 296 comarcas existentes em Minas, 70% apresentam o mesmo problema, colocando em risco a vida os usuários dos fóruns bem como a de advogados, promotores, servidores e juizes. Só no ano passado, foram registradas no estado 37 ocorrências de arrombamentos a fóruns, ameaça a juizes e outros profissionais da Justiça. "Recentemente tivemos um caso no fórum de Itatiaia, em que uma mulher foi esfaqueada, quase levada a morte, por total falta de segurança na entrada do prédio. Essa é uma situação que nos preocupa bastante", reforçou o desembargador. Ele defendeu que é preciso ter uma parte do orçamento do Poder Judiciário dedicada à segurança. "Quando você garante a segurança do juiz, quando você garante a segurança dos fóruns, você está qualificando a Justiça, você está garantindo cidadania", disse Herbert. O Tribunal de Justiça



DESEMBARGADOR HERBERT CARNEIRO JÁ VISITOU 70 FÓRUMS DO ESTADO AVALIANDO AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DOS PRÉDIOS

de Minas Gerais está começando a discutir agora o orçamento para 2014. Para este ano, o representante da Amagis diz que não há mais como direcionar nenhum recurso para investir em segurança porque o orçamento de 2013 já está fechado. "Nossa visita aos fóruns é justamente para traçar um planejamento junto aos magistrados e encaminhar ao governo de estado projeto de enfrentamento à segurança, para que os recursos estejam especificados no orçamento de 2014". Por enquanto, o que pode ser feito são ações independentes, pelas próprias comarcas. Herbert afirma que os presidentes dos fóruns podem agir com criatividade, deslocando algum recurso já existente para enfrentamento dessas situações emergenciais. Outra saída seria buscar parcerias junto às indústrias locais para garantir a segurança. "Temos hoje aproximadamente 70 comarcas sem juizes. Enfim, precisamos de mais recursos, precisamos investir na qualificação dos trabalhadores, precisamos de mais juizes e da Justiça digitalizada".

Sobre a falta de juizes, Hebert disse que Judiciário Mineiro teria que abrir no mínimo mais 300 vagas. "Temos hoje aproximadamente 70 comarcas sem juizes. Enfim, precisamos de mais recursos, precisamos investir na qualificação dos trabalhadores, precisamos de mais juizes e da Justiça digitalizada".

Falta de recursos o principal entr

PASSOS - Herbert Carneiro também apontou quais são os principais desafios dos magistrados de Minas Gerais no exercício da profissão. Ele citou que a falta de recursos é um dos principais entraves. "O Poder Judiciário de Minas Gerais conta com 296 comarcas, 20 mil servidores e aproximadamente 1.500 juizes. Já o orçamento que mantêm toda essa estrutura funcionando está cada vez mais restrito", declarou. "Não estamos tendo recurso para investir, por exemplo, em processos

Presidente da Amagis é contra a pena privativa de liberdade

PASSOS - O presidente da Amagis admitiu que é contra o sistema prisional brasileiro, considerando-o um sistema falido e que não recupera ninguém. "Não é possível que se acredite na pena privativa de liberdade quando não sabemos que dos 500 mil cidadãos que se encontram nas nossas carceres, apenas 50 mil têm algum tipo de atividade dentro do sistema. Os outros 450 mil restantes estão em completa ociosidade", defendeu. O desembargador tam-

bém mencionou o déficit de vagas nas cadeias públicas e da desorganização total do sistema. Nesse sentido, ele citou que o Brasil apresenta 270 mil presos que não estão obrigados onde a lei determina que eles deveriam estar. "Não presos com penas altas. Presos em regimes fechados, pagando pena em cadeia pública. Presos no ressarcimento das vítimas e recomposição, para que o cidadão tenha consciência de que o crime não vale a pena", finalizou.

Atraso. Fórum está abarrotado com 125 mil processos e não teria espaço para abrigar mais juizes e servidores

Justiça de Contagem já não suporta 40 anos de imprevisto

Das ações, 20% não têm vazão, e crise de estrutura influencia na demora

de trabalho. A demanda é considerada grande para os 26 juizes de primeira instância, que, "apesar do estorço", não conseguem dar vazão a todos os processos. O diretor do fórum, e juiz da Vara de Execuções Criminais, Wagner Cavaliari, analisou, para ficar bem, "seria necessário pelo menos dobrar o número de juizes". Cavaliari explica que trabalhar na comarca é "aprendido" e que as instalações não foram feitas para fazer uma ginástica. Desativamos a escola judicial e mudamos outros setores de local", explicou o juiz, sobre a criação da nova secretaria, em 2012. A edificação, que não tem espaço, critica a precariedade e entende que o ritmo de funcionamento atrapalha os processos. "Os nossos clientes nos cobram, e nós não podemos fazer nada. A demanda deles fica parada, e eles perdem a confiança em nosso trabalho", completa.



na cidade. Centro de distribuição de processos.

Histórico Novo incêndio resultaria em fatalidade

As fragilidades na segurança do Fórum de Contagem já resultaram em tragédia. Há cerca de 10 anos, a Varão de Justiça de Contagem sofreu um incêndio que destruiu milhares de processos. O fórum, juiz liberto, explica que o incêndio, que ocorreu no período de férias, ocorreu por negligência do pessoal responsável por guardar os processos. Em 2010, a unidade sofreu um novo incêndio, desta vez em uma sala de servidores. O fogo destruiu documentos importantes e afetou o trabalho dos servidores locais, no campo

Orçamento Pouco. Uma das queixas dos juizes foi a baixa destinação de recursos para o Judiciário. Em 2012, o Estado investiu cerca de R\$ 2,2 bilhões no Poder Judiciário, e apenas R\$ 59 milhões foram aplicados em obras nas unidades do TJMG.

ca. O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbert Carneiro, ressaltou que a comarca não garante a proteção de servidores e juizes. "Você tem apenas um guarda armado na entrada, não tem controle de entrada e saída do fórum e não tem revista nem detector de metais", destaca. Carneiro aponta ainda outra falha estrutural com implicações na segurança: "A fachada do prédio é de vidro. Uma comarca que tem varas criminais não pode ter uma fachada tão frágil". A reportagem observou que existe um detector de metais na portaria do fórum. Porém, se o visitante retirar alguns pertences metálicos, aliada assim, o equipamento continuará disparando, e os seguranças se dão por satisfeitos e liberam a entrada.

JUDICIÁRIO

Presidente da Amagis discute segurança do Fórum

BELO HORIZONTE - O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbert Carneiro, estará em Passos nesta sexta-feira para avaliar com os juizes a realidade da segurança nos fóruns da região.

A grande maioria das comarcas de Minas não dispõe de condições mínimas de segurança, como porta detectora de metais, vigilância armada e câmeras de vídeo, pondo em risco a vida dos cidadãos que frequentam os fóruns, advogados, promotores, servidores e juizes. Além da segurança, Herbert Carneiro vai discutir com os magistrados as condições de trabalho, com o objetivo de melhor o atendimento ao cidadão e dar mais eficiência à prestação jurisdicional. Outro tema que será levado à pauta pela Amagis é o modelo de julgamento colegiado criminal. Trata-se de uma forma de

juizamento, implementada em Minas Gerais em caráter pioneiro no País, na qual processos que envolvam organizações criminosas poderão ser julgados por mais de um juiz. O presidente da Amagis participará da elaboração da medida (resolução 706/2012), criada e editada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que permite que os juizes optem pelo julgamento colegiado caso entendam necessário para evitar situações de risco para o magistrado e garantir a efetividade do processo penal. A nova diretoria, presidida por Herbert Carneiro, assumiu a associação no último dia 3 de janeiro, para um mandato de três anos, e tem como metas principais garantir a segurança dos juizes e de todas as pessoas que transitam pelos fóruns de Minas Gerais, a independência do Judiciário e a valorização da carreira da magistratura.

HOJE EM DIA (BH) • 5 DE FEVEREIRO DE 2013

Amagis cobra respeito ao Judiciário

A falta de condições de trabalho para o Ministério Público e o Juizado Especial no clássico de reinauguração do Mineirão, como noticiou o *Hoje em Dia* na sua edição de ontem, provocou uma reação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), que ontem se posicionou sobre o problema.

Em nota, assinada pelo presidente da entidade, Herbert Carneiro, são repudiados “o despreparo e a desorganização da empresa administradora do Mineirão, que, numa atitude de total desrespeito, tentou impedir, no domingo, o trabalho dos juizes do Juizado Especial durante a realização do jogo de reinauguração do estádio”.

O comunicado relata ainda a arrogância dos funcionários da Minas Arena e a total falta de estrutura para trabalhar.

O local destinado aos dois órgãos não tinha ventilação, energia elétrica e água. Além disso, um dos equipamentos do Tribunal foi danificado em meio à fiação exposta.

No final do texto, o presidente da Amagis adian-

ta que “vai tomar todas as providências para cobrar adequadas condições de trabalho e garantir a independência de atuação dos juizes, dando cumprimento à exigência legal da presença do Judiciário e, principalmente, o bem-estar e o direito do cidadão de frequentar e assistir, em paz, aos eventos esportivos”.



FALTA ESTRUTURA—A juíza Cláudia Helena Batista não encontrou condições de trabalho no estádio

O TEMPO (BH) • 5 DE FEVEREIRO DE 2013

34 | e. O TEMPO Belo Horizonte
TERÇA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2013

Campeonato Mineiro

Mineirão. Promotor Edson Antenor Lima já apura os problemas no estádio e pediu reunião com a Minas Arena

MP abre inquérito do vexame

Torcedores lesados no jogo inaugural do estádio tentam se mobilizar para não deixar barato

■ THIAGO NOGUEIRA
GUILHERME GUIMARÃES

Torcedores e Ministério Público também se mobilizam em busca de ações contra a Minas Arena, consórcio que administra o novo Mineirão.

O promotor Edson Antenor Lima, da Promotoria de Justiça de Defesa do

Consumidor, já abriu um inquérito para apurar os problemas no estádio. Ele solicitou também uma reunião com o consórcio.

Já torcedores que se sentiram lesados, seja na compra de ingressos ou na prestação de serviços no Mineirão, começam a entrar com ações na Justiça contra a Minas Arena, contra o Cruzeiro, mandante da partida, e contra o Estado.

Através de uma rede social, o advogado Diogo Alexandre Garcia, 29, está reunindo o máximo de torcedores que foram ao clássico no grupo chamado “Lesados pe-

la Minas Arena”. Até ontem, o grupo já contava com mais de 250 membros.

“Usaremos o Código de Defesa do Consumidor para pedir a devolução em dobro do valor pago pelo ingresso. Além disso, pediremos também indenizações por danos morais por tudo aquilo que ocorreu no Mineirão: falta de água para beber, de luz nos banheiros e de alimentos”, afirmou Garcia.

O gerente do Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Gilberto Dias de Souza, sugere que os torcedores procurem o MP para uma ação coletiva. “O mínimo

que o Ministério Público deveria fazer era propor uma ação civil pública obrigando os organizadores do evento a restituir todos os valores pagos pelos consumidores neste jogo”, destacou Souza.

Também participante do grupo, o advogado atleca Leonardo Soares Ti orienta que, para protocol

A polícia registrou

40
ocorrências de quem não conseguiu trocar vouchers por ingresso

ações no Juizado Especial, o torcedor deve estar ciente que as causas são de até 40 salários mínimos. “Meu amigo entrou com uma hoje (ontem) e a audiência deve ser só em maio”, ressaltou.

Depois dos problemas, a Minas Arena

Consumidores
Veja as orientações para ressarcimento

Coletivo. Por serem muitos casos, o Procon orienta que

AValiação. Ontem, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) divulgou uma nota com duras críticas contra o consórcio. “Uma atitude de total desrespeito”, diz o texto.

ESTADO DE MINAS (BH) • 5 DE FEVEREIRO DE 2013



NOVO MINEIRÃO

NA MIRA **Órgão instaura inquérito para apurar desrespeito aos direitos do consumidor**

TAMBÉM DO MP

ESTADO DE MINAS • TERÇA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2013

SUPERESPORTES

BRUNO FREITAS

A multa de R\$ 1 milhão pode não ser a única consequência imposta pelo poder público ao Minas Arena depois das falhas graves apresentadas no jogo de reinauguração do Mineirão. Se for considerado culpado pelo Ministério Público de Minas Gerais, o concessionário – parceiro do governo num contrato de parceria público-privada (PPP) na operação do estádio até 2037 – pode ser obrigada a assinar um termo de ajustamento de conduta (TAC) ou processado por dano moral coletivo. O MP instaurou inquérito civil para apurar se o direito do consumidor está sendo respeitado e o estado está exercendo o poder de fiscalização. O resultado será anunciado num prazo de 15 a 30 dias.

Apesar de a chuva ter alagado o campo no sábado, a empresa carioca Greenleaf, responsável pela manutenção do gramado, desconsidera a hipótese de substituí-lo. Ontem, o presidente do Minas Arena, Ricardo Barra, atribuiu o fato ao volume da água da chuva que caiu em Belo Horizonte e reconheceu que se o jogo estivesse marcado para sábado, não poderia ser disputado. Um percentual excessivo de fibra nas camadas da grama bermuda celebration, misturada a uma areia fina, tem dificultado a vazão da água. “Embora o sistema de drenagem funcione perfeitamente, há uma lentidão e a fibra capta mais água”, admite o engenheiro-agrônomo da empresa, Lucas Pedrosa. A substituição do gramado, segundo ele, só ocorreria em último caso.

Para solucionar a impermeabilização, a Greenleaf pretende aproveitar o intervalo de um mês sem jogos no Mineirão pelo Campeonato Mineiro. Depois de Cruzeiro x América de Teófilo Otoni, amanhã, às 22h, a partida seguinte na Pampulha será apenas em 2 de março, às 17h, entre a Raposa e o Tombense. “O gramado está lindo, os jogadores o elogiaram bastante durante o jogo, mas, por ser o primeiro estádio a receber a fibra, tivemos esse problema”, disse Pedrosa.

Enquanto o Mineirão, primeiro estádio das copas das Confederações e do Mundo a receber o gramado, tem uma proporção de 27 toneladas de fibra por 1,5 mil metros cúbicos de areia, o Castelão, segundo da lista, tem 20. A escolha do material foi feita por consultores contratados pela Fifa.

MAGISTRADOS A falta de estrutura do Mineirão no clássico foi condenada pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Em nota, a entidade repudiou a tentativa do concessionário de impedir o acesso de quatro juízes do

MAGISTRADOS A falta de estrutura do Mineirão no clássico foi condenada pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Em nota, a entidade repudiou a tentativa do concessionário de impedir o acesso de quatro juízes do Juizado Especial ao estádio no clássico e chamou o ambiente local de inóspito e de péssimas condições de trabalho. “Não havia ventilação, energia elétrica e água no local, e um dos equipamentos do Tribunal foi danificado em meio à fiação exposta.”

O TEMPO (BH) • 18 DE JANEIRO DE 2013

Natural de Conceição do Mato Dentro, Herbert Carneiro, ladeado pela esposa e pelos filhos, é o novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)



Política

Belefonte, sábado 9 de fevereiro de 2013
HOJEMDIA | 05

Operação flagra 'Máfia do Carvão' em atividade

- Fiscais do Sistema Estadual do Meio Ambiente constata crimes
- Madeira nativa produção de ferro

Amália Goulart
amaliagoulart@hojedia.com.br

A chamada "Máfia do Carvão" não só retomou o controle das empresas acusadas de crimes ambientais como voltou a ser acusada de utilizar carvão nativo na produção do ferro-gusa. Pelo menos é o que atesta uma operação do Sistema Estadual de Meio Ambiente, que flagrou ontem, na sede da empresa Cosimat, dois carregamentos de carvão oriundo de mata nativa.

Ennes Gontijo e Gustavo Gontijo. A principal acusação, que culminou nas operações Corcel Negro I e II, é a de utilizar carvão de mata nativa para produzir gusa. Os bens das empresas estavam bloqueados e o controle das mesmas estava nas mãos de um interventor nomeado pela Justiça. No entanto, a família Gontijo reassumiu a Cosimat e outras empresas, conforme adiantou o Hoje em Dia, por meio de uma liminar concedida pelo juiz Adilson Nunes, da comarca de Monte Azul. A decisão ogerou uma reclamação do Ministério Público contra o magistrado no Tribunal de Justiça.

A "Máfia do Carvão" foi alvo de operações do MP, Receita Estadual e Ibama

A nota fiscal da carga era de carvão obtido, eucalipto, permitido por lei. No entanto, quando fiscais ambientais abriram as sacas nos caminhões, encontraram o carvão nativo.

"Em um caminhão tinha carvão nativo e em outro, nativo, com essência de eucalipto", afirmou o fiscal Tony Ferreira da Silva. Ele recolheu amostras dos carregamentos para análise.

Durante todo o dia, funcionários do Sistema Estadual de Meio Ambiente – entre eles do Instituto Estadual de Florestas (IEF) – estiveram no local, conforme constata o Hoje em Dia. Foi preciso acionar a Polícia Ambiental. Na porta da empresa estavam estacionados quatorze caminhões carregados com carvão. Populares ouvidos relataram que os motoristas dos veículos correram quando os fiscais chegaram. A empresa teria desligado o forno, utilizado na produção do gusa, e determinado aos funcionários que fossem embora.

A chamada "Máfia do Carvão" já foi alvo de duas operações do Ministério Público Estadual, Receita Estadual e Ibama. As empresas integrantes do grupo pertencem à família de

Nota de esclarecimento

A título de esclarecimento, a Amagis afirma que o juiz substituto de Monte Azul, João Adilson Nunes Oliveira, agiu dentro da lei e de acordo com os autos no processo em que empresas são acusadas de irregularidades e de integrar quadrilha, chamada por este jornal de "Máfia do Carvão".

Não se pode partir da premissa de que toda a informação prestada por um promotor de Justiça, numa petição, seja a mais correta e pautada na justiça, fato que dispensaria a figura e o papel do juiz. Segundo informação do juiz, houve equívocos de procedimentos por parte dos promotores que conduziram erro a juízo que havia proferido as decisões anteriores (de intervenção judicial e bloqueio dos bens).

De acordo com ele, sua sentença não desrespeitou a decisão anterior, muito menos do Tribunal de Justiça, até porque os desembargadores só trataram liminarmente a questão, ao negar recurso dos proprietários das empresas acusadas que buscavam reaver o controle administrativo delas. Para o juiz, também não foi adequada a postura dos promotores de deter o processo por mais de seis meses, impedindo que ele próprio julgasse de acordo com os autos, o que só foi possível por meio de apreensão dos documentos. Ao examinar os autos, o juiz concluiu que não havia nada, apesar do farto material, que autorizasse as medidas restritivas de bens, muito menos a intervenção judicial nas empresas particulares, medidas essas que foram adotadas há mais de um ano.

Durante todo o período de investigação, e de acordo com os autos, nada de concreto se apurou que confirmasse os ilícitos cometidos. Ele informa também que os pedidos de prisão preventiva não foram negados por ele, mas pelo Supremo Tribunal Federal ante a ausência de quaisquer requisitos que sustentassem a medida. Por último, a Amagis reafirma que, em respeito ao estado de direito, quaisquer discordâncias de uma decisão judicial podem e devem ser feitas à instância superior, conforme a lei, e não por meio de ataques ou insinuações sobre a pessoa de um juiz ético, correto e que sempre cumpria a Constituição.

Defensoria Dilma veta autonomia

A presidente Dilma Rousseff vetou o projeto que concede autonomia financeira à Defensoria Pública. Ontem, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) manifestou solidariedade aos defensores públicos de todo o país. Segundo a entidade, o veto impede, na prática, a possibilidade de o cidadão carente ser atendido por um defensor público. A expectativa, agora, é de que o Congresso derrube o veto.

ESTADO DE MINAS • 17 DE FEVEREIRO DE 2013
POLÍTICA

JUSTIÇA

Projeto muda a forma de escolha de advogados e membros do MP para o cargo de desembargador, hoje feita por governadores a partir de indicações do colégio de procuradores e de delegados da OAB

Eleição direta para tribunais

ISABELLA SOUTO

A regra que permite a advogados e promotores de Justiça chegar ao cargo de desembargador de tribunais estaduais ou federal está prestes a mudar. Com a justificativa de tornar a disputa mais democrática, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) apresentou na Câmara projeto de lei que determina a eleição direta, universal e secreta dos representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público que poderão pleitear o posto. Atualmente, cabe ao colégio de procuradores e aos delegados da OAB a tarefa de indicar seis postulantes ao cargo, cuja palavra final é do governador.

O projeto em tramitação na Câmara modifica a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) e o Estatuto da OAB e foi apresentado em junho no ano passado. O deputado Eduardo Cunha alega que a nova regra vai evitar "o poder concentrador de alguns poucos dirigentes das instituições citadas, que escolhem esses representantes de forma antidemocrática". O relator do texto, Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), votou favoravelmente à mudança. O projeto agora será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e caso seja aprovado, entra em vigor de imediato, sem precisar de votação em plenário.

A possibilidade de representantes do MP e advogados virarem desembargadores está prevista nos artigos 94 e 104 da Constituição federal – regra conhecida como quinto constitucional. Pela lei, um quinto das vagas dos tribunais regionais federais e de Justiça dos estados e do Distrito Federal é ocupado, alternadamente, por indicados pelo Ministério Público e OAB. Uma lista de seis nomes é encaminhada ao Tribunal de Justiça, que seleciona três. A lista triplice segue então para o governador indicar o novo desembargador.

Em Minas, o Tribunal de Justiça é composto por 130 desembargadores, dos quais 26 são advogados ou membros do MP. No próximo dia 23 os atuais 127 magistrados se reúnem para definir quais indicados da OAB terão os nomes mantidos na lista triplice. Só é aberta uma vaga do quinto constitucional quando um desembargador da classe se aposentada. A previsão é de que apenas no início do ano que vem haja espaço para a indicação de promotores e procuradores.

DIFICULDADES Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o desembargador Herbert Carneiro, acha fraco o argumento da democracia para justificar a alteração na regra. "O colégio de procuradores representa a classe, assim como os delegados da OAB. A forma como é feita hoje já é democrática", argumenta o desembargador. Ele lembra ainda que um processo eleitoral envol-

DIFICULDADES Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o desembargador Herbert Carneiro, acha fraco o argumento da democracia para justificar a alteração na regra. "O colégio de procuradores representa a classe, assim como os delegados da OAB. A forma como é feita hoje já é democrática", argumenta o desembargador. Ele lembra ainda que um processo eleitoral envolvendo toda a categoria pode trazer dificuldades. Na OAB são cerca de 88 mil advogados inscritos, enquanto no MP são cerca de 1 mil procuradores e promotores. "A eleição direta no MP se faria mais facilmente porque o colégio eleitoral é menor e mais fácil. Na OAB acho que seria mais complicado", avalia. Opinião semelhante tem Ophir Cavalcante, que deixou a presidência da OAB no dia 1º. Na avaliação dele, nas maiores seccionais, como São Paulo, Minas e Rio, a eleição universal seria inviável.

"Imagine você organizar uma eleição a cada vaga em tribunal. A OAB nem teria recursos suficientes. Seria um problema do ponto de vista administrativo e operacional", opina Ophir, para quem uma opção seria a votação pela internet.